

João Miguel Henriques

*Universidade Eötvös Loránd de Budapeste*

*jmlhenriques@gmail.com*

## **Depois de La Lys: as *Memórias da Grande Guerra*, de Jaime Cortesão**

### **Resumo:**

Tendo-se recentemente assinalado o centenário do Armistício que pôs termo à Primeira Guerra Mundial, na qual a jovem república portuguesa participa com o entusiasmo heróico e ingénuo próprio da época, o presente artigo pretende apresentar e comentar algumas passagens da obra *Memórias da Grande Guerra*, de Jaime Cortesão, com particular enfoque no imediato rescaldo que faz da participação portuguesa, teoricamente vitoriosa. Nesta obra, o político, escritor e oficial português, além de passar em revista os momentos mais marcantes da sua desventura por terras da Flandres, enaltecendo em registo grandiloquente o heroísmo do soldado lusitano no terreno, procede igualmente a uma reflexão crítica sobre a forma como as elites políticas tratam os seus cidadãos mais esforçados e como nem sempre a memória oficial faz justiça aos sacrifícios empreendidos.

**Palavras-chave:** Primeira Guerra Mundial, memórias de guerra, diário de guerra, Jaime Cortesão

### **Abstract:**

**After La Lys: *Memórias da Grande Guerra* [*Memoirs of the Great War*] by Jaime Cortesão**

As the world commemorates the 100<sup>th</sup> anniversary of the Armistice that brought the First World War, a conflict in which the young Portuguese republic participated with the heroic and naïve enthusiasm characteristic of those years, to an end, the present article proposes a reading and commentary of some passages of the book *Memórias da Grande Guerra* [*Memoirs of the Great War*], by Jaime

Cortêsão, especially the way the author assesses Portugal's theoretically victorious involvement in the conflict. In his work, the Portuguese politician, writer and war-time officer Cortêsão, besides recalling the most important moments of his misadventures in Flanders, always celebrating in grandiloquent prose the heroism of Portuguese soldiers, also carries out a critical reflection on the way political elites treat their most dedicated citizens and how official memory not always does justice to all sacrifices made on the battlefield.

**Keywords:** First World War, wartime memoirs, wartime diary, Jaime Cortêsão

O presente artigo não pretende ser mais que um primeiro passo de um possível projecto de investigação mais abrangente, o qual consistiria numa recolha e análise das reacções de intelectuais portugueses, em testemunho escrito, ao fim da Primeira Guerra Mundial e ao saldo final da participação portuguesa no conflito, eventualmente cotejando essas reacções com outras posições anteriores, de modo a perceber e caracterizar as sequelas deixadas pela guerra na intelectualidade portuguesa republicana, especialmente após os frustrantes resultados das negociações de paz que se seguiram. De entre as várias figuras que escreveram sobre o conflito, seria em nossa opinião interessante começar pelas que viveram a guerra na pele, quer em África quer na Flandres, já que sem dúvida salta à vista uma certa dissonância entre as reflexões decorrentes de uma experiência directa do teatro de guerra e o discurso veiculado pela imprensa escrita da época, de um modo geral prisioneiro do largo apoio inicialmente prestado à participação portuguesa no conflito. Mesmo se olharmos para um mesmo autor, encontramos semelhante dissonância entre os discursos pré e pós-conflito, conforme evidenciado por Duarte Drumond Braga (Braga, 2016). Dedicando-se este autor, no artigo citado, à poesia portuguesa relacionada com a Primeira Grande Guerra, acreditamos que o mesmo pode ser verificado na escrita de teor memorialístico, como é o caso da obra a que se dedica a presente contribuição. Num plano mais abrangente, seria igualmente relevante cotejar textos como este, do ponto de vista da sua estrutura e opções discursivas, com outros testemunhos de guerra, ambicionando uma eventual caracterização deste tipo de obras no contexto da literatura portuguesa e sua relação

de contraste ou complementariedade com um discurso declaradamente historiográfico<sup>1</sup>.

Discutir aqui as motivações de uma participação militar portuguesa no conflito e as vicissitudes dessa participação, nas colónias africanas e no teatro de guerra europeu, seria extravasar significativamente o escopo deste artigo e reiterar o conteúdo de vastas e inúmeras contribuições dos historiadores ao longo das décadas. Ainda assim, de forma a nos podermos debruçar sobre as reacções ao fim do conflito é importante relembrar sucintamente motivações e expectativas. Se em relação a África é possível falar de um consenso relativamente generalizado da parte da opinião pública no que à necessidade da acção militar portuguesa dizia respeito, por se tratar de defender território nacional de permanentes ataques alemães, dos quais se destaca o famoso “Desastre de Naulila” (Angola) em finais de 1914, já o envio do Corpo Expedicionário Português para a frente europeia mereceu aceso debate político e, em última análise, terá sido em grande parte motivado pelo desejo da jovem república de se afirmar como nação aliada de pleno direito no contexto europeu em transformação, mesmo se indo contra os planos e interesses da histórica aliada Inglaterra<sup>2</sup>. Na sequência da declaração de guerra da Alemanha em Março de 1916, motivada pelo facto de Portugal, a pedido da Inglaterra, ter apreendido embarcações alemãs que se encontravam em portos portugueses, o país irá em menos de um ano preparar um contingente militar de 55.000

---

<sup>1</sup> A propósito do autor e obra de que se ocupa o presente artigo, faz notar Marília dos Santos Lopes que, „se não atribui um estatuto de obra histórica ao seu escrito, para isso lhe falta o devido distanciamento, Jaime Cortesão considera-o, contudo, um documento real e fidedigno que os historiadores irão utilizar para escrever as suas obras” (Lopes, 2002: 70).

<sup>2</sup> Nuno Severiano Teixeira lembra que é num „contexto de extrema fragilidade de que o governo republicano decide a intervenção de Portugal na Grande Guerra. Fragilidade política do regime no plano interno e fragilidade internacional do país, no plano externo: ameaçado pela Alemanha, nas colónias; ameaçado pela Espanha, na Península; e consciente da intransigência de Inglaterra, a sua fiel aliada e garante da sua soberania, em relação à Alemanha e em relação à Espanha” (Teixeira, 2015: 115).

homens para a guerra das trincheiras na Flandres, aos quais há que somar outros 30.000 enviados para África. O Corpo Expedicionário Português começa a chegar ao teatro de guerra europeu em Janeiro de 1917 para uma campanha que irá gradualmente perder toda e qualquer aura de glória e heroísmo anteriormente cultivada.

Como se sabe, a falta de preparação e recursos militares da tropa portuguesa, intensificada pela profunda instabilidade política que em Portugal se fazia sentir, caracterizou a dura participação do país no conflito. Lembra-nos Rui Ramos que “os soldados nas trincheiras da Flandres detestaram a alimentação fornecida pela intendência inglesa, estranha aos hábitos nacionais, e ressentiram-se com a pouca rotação na frente, por falta de reservas, e a impossibilidade de passar licenças em casa, como os ingleses e os franceses. Nas fileiras e em Portugal, correram ditos e histórias deprimentes, como o ‘fado do cavanço’. Houve sérios casos de insubordinação colectiva” (Ramos, 2009: 33). A progressiva degradação da situação portuguesa nas trincheiras culmina, como se sabe, no trágico dia 9 de Abril de 1918, data da batalha de La Lys, na qual os alemães desbarataram as forças portuguesas em avançado estado de deterioração física e psicológica. E como também será sabido, a História sugere-nos que Portugal sai da Guerra como uma espécie de vencedor de segunda categoria: se por um lado preserva a integridade territorial das suas colónias, por outro lado não consegue estabelecer-se como voz relevante no concerto das nações, sendo inclusivamente nisso superado pela vizinha Espanha, que permanecera neutral.

Uma ideia central, que perpassa muitos dos balanços feitos à guerra da tropa portuguesa em França, é a desconsideração das elites políticas e até mesmo militares pelo soldado português, o João Ninguém de que carinhosamente fala o Capitão Menezes Ferreira e de quem diz ser “aquele português que nas horas difíceis tudo faz para maior glória da Pátria e a quem muitos esqueceram, chegada a hora dos benefícios e compensações” (Ferreira, 1921: 3). No seu livro de 1922, *João Ninguém, Soldado da Grande Guerra. Impressões Humorísticas do C.E.P.*, o oficial reforça essa ideia da ingratidão da Pátria para com os seus melhores e, relativamente ao soldado português, sublinha que

“o seu esforço nos campos de batalha, tão ingratamente esquecido por uns, tão miseravelmente apoucado por tantos, vale, no que representa de auxílio moral à causa dos aliados, todo um poema de Camões” (Ferreira, 1921: 3). Para este autor, por conseguinte, o sentimento de injustiça para com o soldado comum não fere a legitimidade de uma intervenção portuguesa no conflito, parecendo saber Menezes distinguir muito bem, à imagem de outros autores, entre o dever militar em sentido abstracto e a triste forma como na prática a classe dirigente conduz a participação portuguesa, sendo que nunca está em causa que “os portugueses, gente brava e lial, de há muito provada em gigantescas batalhas, homens de uma só palavra, nunca poderiam ter cruzado os braços perante a labareda que incendiou a Europa e fez marchar as nações civilizadas contra a prepotência de uma avalanche de bárbaros” (Ferreira, 1921: 2). De destacar também aqui a referência ao grande poeta nacional Luís de Camões, se lembrarmos o Canto VII da sua epopeia, onde, a partir da estância 78, inscreve um sentido lamento pela falta de reconhecimento da Pátria aos seus actos, ampliando logo no século XVI uma extensa galeria de figuras que, ao longo da história portuguesa, por um motivo ou outro, se sentem punjentemente ora esquecidos ora injustiçados pelos seus governantes. A essa galeria juntam-se sem dúvida vários dos militares do C.E.P.

Olhemos então para a figura de Jaime Cortesão (1884-1960) e em particular para a sua obra *Memórias da Grande Guerra* (1916-1919). O autor tem a particularidade de ter sido, a um mesmo tempo, político, historiador, escritor e oficial do Corpo Expedicionário Português, tendo estado na frente de batalha durante bastante tempo, na qualidade de capitão-médico. Aconselha-se vivamente a leitura da obra, a qual, a par dos livros do poeta e oficial Augusto Casimiro, nomeadamente *Nas Trincheiras da Flandres* (1917) e *Calvários da Flandres* (1918), pintam um retrato bastante real e impactante da desventura portuguesa em França. A obra segue uma estrutura cronológica e os seus subcapítulos encontram-se datados, como se de entradas de diário se tratassem, contribuindo do ponto de vista da leitura para a criação de um evidente ritmo gradativo, das iniciais ilusões à infâmia final. Ainda assim, desde cedo neste livro o autor revela numa ou noutra passagem

um tom algo amargo no que ao curso da guerra diz respeito, tom esse em que permanentemente parecem entrar em choque uma consideração desmedida pelo soldado português de menor patente e uma declarada desilusão em relação ao país em geral e aos seus dirigentes políticos e militares em particular.

Na entrada de Março de 1917 (“Já temos tropas em França”), Cortesão lança uma primeira farpa a propósito do embarque do C.E.P. para França no início do ano, insinuando hesitações e obstáculos da parte das elites militares, numa provável alusão a conhecidos episódios de rebelião, como o protagonizado por Machado dos Santos, herói da implantação da República, que se rebela em vésperas da partida para França. Desde logo se traça uma clara diferença entre o genuíno empenho do soldado comum e o calculismo de certos oficiais:

Os senhores sabem – estas coisas sabem-se sempre: em dois regimentos, oficiais houve que, na hora de sair dos quartéis...

Não. Calarei o resto: a horrível verdade. Mas ali, como sempre o povo foi o maior. Em Portugal é sempre assim. (Cortesão, 1919: 35)

Mais adiante, no final do capítulo intitulado “O Palácio na Lama”, imagem certa e contundente da empresa militar portuguesa na Flandres, condensando nela todos os paradoxos de que gradualmente o autor se vai dando conta, Cortesão faz contrastar o seu entusiasmo em relação à necessidade da participação de Portugal no conflito com a hesitação e cepticismo de outros que encontra e ouve ao deambular pela cidade de Lisboa, em vésperas de ele próprio embarcar. As referidas posições de Cortesão no que ao conflito diz respeito são conhecidas, tanto pela sua actividade de parlamentar na bancada do Partido Democrático de Afonso Costa (até 1917), em apoio incontestado à participação na guerra, como também enquanto escritor, destacando o já mencionado artigo de Duarte Drummond Braga as oitavas que Cortesão publicou em 1916 na revista *A Águia*, com o título “Cântico Lusíada”. Daí o particular interesse desta passagem, pelo facto de o autor dar voz, ainda que *a posteriori*, numa obra de memórias,

a posturas contrárias, o que na opinião do autor fragilizaria as bases sobre as quais o país assentava a sua participação<sup>3</sup>.

De súbito encontro um conhecido. Vá de lhe dizer num sagrado alvoroço as emoções que trago em mim: a grande fê na estrela de Portugal, a sublimidade da hora que passa e o desejo ardente de ir juntar o meu ao esforço dos milhões de homens que lá ao longe com as mãos fortes e ensanguentadas erguem o Futuro melhor. Não me entende. A sua boca devoradora e grossa, os seus olhos, onde uma pálpebra mole descai, abriram-se de pasmo. Que não, não sente, não compreende o anseio dos que desejam partir para a batalha horrível. E lentamente, com surda e agressiva irritação, enumera as razões, as vantagens e os direitos de ficar. Sinto a boca túmida de brutalidades. Mas calo-me. E, sem dizer palavra, despeço-me. Sigo. Mais adiante é um janota que diz para outro «o perigo em que está de o chamarem, a estopada de ter de marchar também.» E logo a seguir um homem grave e douto perora com o dedo pendente no ar «que os pequenos povos não devem entrar na luta das nações gigantes, que a defesa da civilização compete às nações mais fortes» e outras sábias razões ainda.

Então na sombra da minha mágua acende-se uma certeza súbita. Eles vão dar-se as mãos. São de origens, de tendências, de educação, as mais diversas. Por agora alguma coisa os une: a solidariedade do ódio ou da baixeza. Vão ligar-se. E depois? Eu sei... Lembro-me dos animais que à beira dos charcos erguem construções de lama. E pressinto que o edifício da guerra assenta sobre a vasa mole. (Cortesão, 1919: 41-42)

Já em pleno teatro de guerra, Cortesão insiste aqui e ali em sublinhar o fosso existente entre a tropa e a classe dirigente política

---

<sup>3</sup> Não obstante o inequívoco apoio de Cortesão a um envolvimento português no conflito, é necessário lembrar as suas críticas pessoais, na qualidade de parlamentar, à política financeira do país em matéria de guerra. Por outro lado, o autor também nunca deixou de sublinhar a importância de sensibilizar a opinião pública, através de ações propaganda, para a necessidade e dever de Portugal participar no conflito. Na sua opinião, a incapacidade de gerar e promover consensos no país haveria inevitavelmente de conduzir, como aliás conduziu, a extensos e nefastos períodos de instabilidade política e social.

e militar, intuição agora claramente confirmada pela sua experiência na frente de batalha, para a qual se voluntariara na qualidade de médico. Se do ponto de vista material e quotidiano esse contraste é naturalmente desfavorável ao soldado na trincheira, pelas conhecidas e crescentes carências e dificuldades sentidas, de um certo ponto de vista moral é esse mesmíssimo soldado a encarnação dos mais elevados valores de abnegação e martírio. Com efeito, autor-soldado Cortesão destaca ao longo de toda a obra a sua extrema consideração pelo sacrifício diário com que o soldado português enobrece a pátria, o que o coloca num quase pedestal por comparação com a mesquinha classe de oficiais e políticos, inelegíveis a essa consagração pela dor e pelo sofrimento. A título de exemplo, no início do capítulo “Os que endoidecem”, e fazendo referência à sua tarefa de censor da correspondência dos soldados, tem este apontamento, datado de Fevereiro de 1918, a escassos dois meses da Batalha de La Lys:

Boa idea, esta de nos obrigar à censura de todas as cartas dos soldados para catar-lhes as revelações indiscretas. Tão boa que se deveria impor essa tarefa durante umas semanas a alguns estadistas portugueses e grandes galões da tropa. Ficavam assim a conhecer uma coisa que anda nessas cartas e que eles nem suspeitam: a alma do Povo. E ficavam conhecendo também os motivos por que se está erguendo no coração dos soldados uma onda alta de desalento e revolta. (Cortesão, 1919: 141-142)

Exercendo esse trabalho de censura, que curiosamente assume um imprevisível carácter revelador, o autor passa depois a transcrever algumas passagens epistolares, das quais destaca uma bem ilustrativa daquilo que, para Cortesão, é “a dor do soldado que a Pátria abandonou”. É com estes momentos de “citação”, aos quais se juntam vários outros, como por exemplo a intervenção de várias personagens em discurso direto ou uma carta do poeta e amigo Augusto Casimiro, integralmente reproduzida nas páginas finais do livro, que o autor confere à sua obra uma certa natureza documental, tão decisiva para o modo como Cortesão perspetiva a sua recepção.

A partir do capítulo intitulado “Sobre a arena”, bem exemplificativo de um certo hiper-realismo enquanto elemento caracterizador de boa



parte da prosa memorialística sobre a Primeira Grande Guerra, pela descrição quase gráfica que o médico Cortesão apresenta dos horrores da guerra, começam a surgir alusões explícitas à degradação da moral da tropa portuguesa, pela conhecida falta das licenças e repouso prometidos. A primeira entrada deste capítulo data de 13 de Março de 1918, a menos de um mês da Batalha de La Lys:

Quando retirámos dum dos extremos de La Couture para o outro, junto a Locon, tinham-nos dito que vínhamos para o repouso. Era justo. Oito meses de trincheiras, quási sem descanso, sendo os dois últimos dum inverno aspérrimo, haviam extenuado os soldados. Como não veio gente de Portugal para substituí-los, nem eles vão de licença, nem tão pouco chegam os grandes descansos compensadores que lhes teem prometido e todavia usufruem os outros aliados, entre os soldados lavra o descontentamento, falemos claro, — a revolta. (Cortesão, 1919: 164)

E mais adiante, no mesmo capítulo:

Debalde a gente se interroga sobre a utilidade desta permanência sob o fogo, inactiva, desmoralizadora, exaustinante. Os quartéis das brigadas, igualmente apossados, procuram mais atrás lugar seguro. Mas nós ficamos. Ficamos encurralados. E há mais batalhões assim. São legiões de miseráveis atirados às feras. (Cortesão, 1919: 178)

Aquando da batalha de La Lys, Cortesão encontra-se internado num hospital francês, temporariamente cego em consequência do gás alemão. Qual Lázaro, conforme ele próprio se nomeia, vai aos poucos se recuperando e inteirando das novas da guerra, destacando as corajosas ofensivas de Américo Olavo e Vale de Andrade. No entanto, os mesmos problemas intensificam-se e é cada vez mais em tom de desabafo que o autor transmite o ambiente cada vez mais degradado que se vive nas hostes portuguesas. Cortesão exprime além disso uma certa amargura pelo facto de uma possível rendição para repouso das tropas ser feita por contingentes britânicos, retirando assim presença portuguesa à linha da frente, no que constituiria uma desonra difícil de tolerar:

Mas, — coisa inevitável, — os nossos soldados, começam a revoltar-se. Sim, inevitável. Pois se de Portugal não mandam reforços e nos esquecem, e os altos comandos, sem a coragem de protestar por todas as formas contra esse desprezo, fazem todos os dias aos soldados promessas de descansos e licenças que nunca chegam, e exigem dalguns milhares de homens o dolorosíssimo esforço, que nos outros exércitos se distribui por centenas de milhares, que menos se poderia esperar?

O desfalecimento, a exaustão, o desespero atingiram o auge nas nossas fileiras.

Hoje emfim as nossas tropas da frente vão ser rendidas em massa. É uma deslocação total para a rectaguarda. E como não há portugueses para essa rendição, o nosso pequeno sector vai cair em mão dos ingleses, ficando nós sem um soldado nas linhas! (Cortesão, 1919: 201)

Como se sabe, o desastre de La Lys ganha na história militar portuguesa contornos especialmente trágicos pelo facto de a devastadora ofensiva alemã ter sido lançada a escassas horas da prometida rendição das tropas portuguesas. Terá sido aliás conscientes disso mesmo que os alemães lançaram esse ataque, o qual terá custado ao C.E.P. a vida de centenas de soldados, tendo outros vários milhares sido feitos prisioneiros. O “Alcácer-Quibir do C.E.P.”, como lhe chama um militar registado por Cortesão, é nestas *Memórias* uma colagem de testemunhos que o autor vai recolhendo nas horas que se seguem, retalhos de uma visão do Inferno que bem conhecemos de outras descrições. O autor é nesta instância alguém que, extremamente debilitado, só a muito custo vai conseguindo reconstituir a real dimensão da tragédia, guiando o leitor numa deambulação cambaleante por todo um caos de feridos aos gritos que se vão acumulando no improvisado hospital de sangue onde ele próprio se encontra internado.

Com a guerra ainda em curso, Cortesão obtém autorização para regressar a Portugal e aí convalescer. Isso dá porém ao autor mais um triste ensejo para criticar a burocracia portuguesa em todo esse processo, indigna do esforço dos militares.

Depois, pouco a pouco, os que tinham sido mais feridos tiveram licença de vir convalescer a Portugal. Voltamos à Pátria. Mas que torturas para

nos arrancarmos às galonadas mangas de alpaca que tinham instalado as suas velhas ratoeiras burocráticas na base!

Que dolorosas batalhas ali tivemos que sustentar! (Cortesão, 1919: 216)

O cúmulo da desilusão ainda estaria para vir para muitos dos oficiais combatentes, Cortesão incluído. A “tragicomédia dezembrista”, ou seja, o golpe e consequente subida ao poder de Sidónio Pais, conduz à surpreendente detenção do autor. Indignado, escreve ao jornal *A Manhã* uma carta datada de 26 de Outubro de 1918, onde, citamos, “fala apenas com protesto e orgulho a dignidade ferida do soldado.” (Cortesão, 1919: 220). A carta termina com uma pergunta angustiada (“É esta então a Mãe-Pátria?”) e é escrita a escassíssimos dias do Armistício, momento culminante que Cortesão vê chegar dentro da prisão, pelo que não consegue esconder o seu desespero:

Nós, — quantos havíamos regressado a Portugal e que naquela hora vencíamos, — estávamos quási todos presos. Os outros, — os que tinham contrariado a nossa participação —, esses recebiam as honras e as glórias do triunfo. Horas, que se haviam sonhado da mais alta alegria, foram de tamanho desespero, tão cruciantes de infamação, que não mais se podem esquecer. Estavam então nas prisões, e muitas vezes sem uma sombra de justificação, dezenas e dezenas de homens que tinham nos campos de batalha conquistado, por altos feitos, a cruz de guerra. O que se infamava neles era o próprio brio nacional. Uma pátria, que atura, sem um grande protesto, ultraje tamanho, sofre por certo de qualquer doença medular gravíssima. A táboa dos seus valores foi invertida; e só assim se pode explicar que os actos generosos e de sacrificio pela grei mereçam prémio tão vil. (Cortesão, 1919: 221)

Como já aqui se disse, subseqüentes leituras da prosa memorialística portuguesa acerca da Primeira Guerra Mundial terão necessariamente de incluir a obra de um outro importante “intelectual guerrista”, o poeta Augusto Casimiro, amigo de Cortesão e de quem o autor reproduz uma carta no capítulo “Últimos combates”. A epístola data de Abril de 1919, sendo possível verificar que também o Capitão Casimiro comunga da visão do seu amigo Cortesão no que à postura das

elites militares e governativas portuguesas diz respeito, reforçando assim esta carta o tom geral que perpassa estas “Memórias da Grande Guerra”. Citamos apenas duas passagens bem sintomáticas:

(...) os crimes preparados ou perpetrados desde o princípio, — defectismo, desmoralização, inércia, etc, da parte daqueles, cuja inapetência guerreira se mascarava de incompatibilidades políticas (...) (Cortesão, 1919: 224)  
Como dogma fixára-se a impossibilidade de fazer a mínima coisa com os soldados. Davam-nos como liquidados, exaustos, incapazes. E tu vês o interesse com que certas criaturas cobriam a sua inapetência guerreira com essa incapacidade. (Cortesão, 1919: 224)

Casimiro alude igualmente ao crescente fenómeno da indisciplina e insubordinação no seio do C.E.P., situação da qual os registos militares dão larga conta, podendo elencar-se inúmeros exemplos.

Já no final do livro, Cortesão dedica todo um capítulo ao “soldado da grande guerra”, o contraponto positivo de todas as críticas até agora referidas. Investindo de alma e coração na defesa daqueles com que privara diariamente durante meses nas mais duras condições, o autor denuncia a caricatura que à época se fazia do soldado, caricatura essa que de certa forma sobreviveu até hoje, constituindo a parte por assim dizer mais ligeira da memória que em Portugal se formou do conflito:

Tenho visto que os senhores se habituaram, pela leitura de certos relatos, a olhar no soldado da grande guerra uma espécie de compadre de revista, com muita piada.

Essa visão é afrontosa e achincalhante.

Colectivamente na guerra, na nossa guerra, salvou-se — o soldado. Ele foi, sempre que o não enganaram, paciente, sofredor e heróico. Teve na mór parte das vezes a compreensão das coisas mais elevadas.

Sempre que as vozes puras o chamaram para o grande sacrifício, êle seguiu.

Os que o reduziram à caricatura grotesca de Zé Povinho reinadio das trincheiras, ou nunca o viram nesse lugar, ou lhe atribuem as suas próprias dimensões para não fazerem por sua vez triste figura. Assim, ficam todos pequenos.

Sim! o soldado salvou-se. O resto, tendo todos os defeitos das nossas elites, foi-lhe por isso mesmo, como não podia deixar de ser, inferior. Entre os oficiais, por via de regra, quanto mais galões, pior. (Cortesão, 1919: 232-233)

No *post-scriptum* com que finaliza as suas *Memórias da Grande Guerra*, aquele que Óscar Lopes classifica como “o mais impressionante testemunho português da guerra de 1914-1918” (Lopes, 1985: 8), lamentando o esquecimento generalizado a que fora votada a obra, Jaime Cortesão refere o seu afastamento da vida partidária, em tom de uma certa amargura e desilusão, ainda que com grande clareza e lucidez. A experiência da guerra fá-lo comprovar uma intuição que, segundo ele, já tinha antes de partir para França. Irá em 1919 assumir o cargo de Director da Biblioteca Nacional, do qual será afastado em 1927 por participar numa tentativa de derrube da ditadura militar instaurada no ano anterior. Ao longo da vida andarão aliás sempre fugido aos totalitarismos do século XX: refugia-se em França, de onde tem de escapar após a invasão nazi; parte para o Brasil, sendo a caminho detido em Portugal por um breve período; regressa a Portugal na década de 50 e participa na campanha presidencial do General Humberto Delgado, sendo de novo preso por alguns dias. Antes da sua morte em 1960, chega ainda a presidir à Sociedade Portuguesa de Escritores. Talvez tenha cristalizado logo em 1919, na derradeira página das suas *Memórias da Flandres*, a receita que em certo sentido acabou por orientar toda a sua vida de intelectual:

Um homem, que procura a beleza e a verdade, não deve manchar essa missão com a cegueira das paixões políticas. Os que nasceram para cantar e exaltar os corações alheios devem ter a voz clara e isenta e não hipotecar a sua liberdade por um fio que seja (Cortesão, 1919: 240).

## Referências bibliográficas

BRAGA, D. D. (2016), „A ‘terra de ninguém’ do poema. A poesia portuguesa e a Grande Guerra”, *Revista Colóquio/Letras*, 191, pp. 58-67.

- CORTESÃO, J. (1919), *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Renascença Portuguesa, Porto.
- FERREIRA, M. (1921), *João Ninguém, soldado da Grande Guerra: impressões humorísticas do C. E. P.*, Livraria Portugal-Brasil, Lisboa.
- LOPES, M. dos SANTOS (2002), „Jaime Cortesão e as Memórias da Grande Guerra” em: Viegas Brauer-Figueiredo, M. F., Hopfe, K. (orgs.), *Metamorfoses do Eu. O Diário e outros Géneros Autobiográficos na Literatura Portuguesa do Século XX*, TFM, Frankfurt am Main, pp. 67-82.
- LOPES, Ó. (1985), “O horror em ida e volta”, *Colóquio Letras*, 83, pp. 5-8.
- MARQUES, I. P. (1995), „A correspondência de guerra e a vivência nas trincheiras da Flandres”, em: *Actas do VI Colóquio de História Militar*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa.
- RAMOS, R. (2009), „A república durante e depois da Guerra (1917-1926)” em: Ramos, R. (org.), *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, Lisboa.
- SOUSA, J. P. de (2010), „Jaime Cortesão: o escritor combatente na I Guerra Mundial e a defesa intransigente de uma República democrática e inclusiva”, *Biblos*, 8, pp. 175-206, [https://doi.org/10.14195/0870-4112\\_8\\_7](https://doi.org/10.14195/0870-4112_8_7).
- TEIXEIRA, N. S. (2015), „Portugal na Grande Guerra: memória do passado, desafios do futuro” em: Bandeira Jerónimo, M. (org.), *Portugal e a Grande Guerra. Contextos e protagonistas*, Edições 70, Lisboa, pp. 113-119.